



Entrevista / Interview

Logística Reversa no Brasil: Avanços e Perspectivas - Entrevista com o Professor Paulo Roberto Leite

Reverse Logistics in Brazil: Advancements and Perspectives - An Interview with Professor Paulo Roberto Leite

Patricia Guarnieri^a

^aProfessora adjunta do Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (Face) da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, D.F., Brasil. Editora Executiva e Editora do Dossiê Especial sobre Logística Reversa: desafios e oportunidades no Brasil e no mundo da Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade (ReGIS) patguarnieri@gmail.com

Recebido em 28.04.2016

Aceito em 30.05.2016

O professor Paulo Roberto Leite é pioneiro no estudo e pesquisa da Logística Reversa no Brasil. Seu livro intitulado "Logística Reversa – Meio Ambiente e Competitividade" foi o primeiro publicado no Brasil e na América Latina, no ano de 2003, e auxiliou na disseminação do assunto no País, motivando o ensino e a pesquisa na área. Por isso, para entender os avanços e as perspectivas sobre este complexo tema, torna-se imprescindível conhecer sua opinião.

O professor Leite também idealizou e implementou o Conselho de Logística Reversa do Brasil (CLRBR), do qual hoje é presidente. Por meio do CLRBR, o especialista tem difundido o conceito de Logística Reversa no ambiente empresarial, com a realização de palestras, eventos, consultorias e diagnósticos, trazendo também para o País especialistas no tema.

Para o professor Leite, a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, sancionada em 2010, contribuiu significativamente para as discussões sobre a Logística Reversa de produtos já consumidos. "Sem dúvida a PNRS foi um acelerador de preocupações e discussões empresariais na área de pós-consumo", disse o professor nesta entrevista.

Nesse sentido, Leite também destaca os segmentos que apresentam os maiores desafios na implementação da Logística Reversa de pós-consumo, com base no princípio da responsabilidade compartilhada: “Cada segmento tem suas peculiaridades e dificuldades, mas, sem dúvida, os setores de lâmpadas e de eletroeletrônicos podem ser destacados”, opinou.

Apesar de o Brasil ter apresentado avanços no decorrer dos últimos anos, ainda existem muitos desafios a serem superados, mas também há perspectivas de evolução. Conforme o entrevistado, “temos chance de ter uma economia reversa de grande proporção nos diversos setores empresariais, gerando oportunidades de negócios interessantes”.

ReGIS. Desde que o senhor lançou seu livro em 2003, quais os principais avanços que poderia ressaltar no âmbito da Logística Reversa (pós-consumo e pós-venda) no Brasil?

O interesse acadêmico e empresarial cresceu bastante desde então. Observo uma preocupação maior por parte das empresas com a logística de pós-venda pela quantidade de mercadorias retornando e, possivelmente, pelos Fóruns Internacionais que organizo anualmente, pela quantidade de palestras, cursos e aconselhamentos.

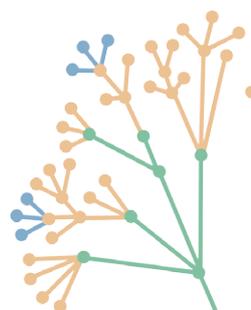
Na área da Logística Reversa de pós-consumo, a indução da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) é inegável, pois todos os setores empresariais, além dos diretamente envolvidos, passaram a se preocupar, não quer dizer tomar concretas iniciativas, com os problemas e oportunidades trazidas pela legislação.

ReGIS. Em sua opinião, quais os principais fatores motivadores da implementação da Logística Reversa (pós-consumo e pós-venda)?

Excesso de produtos retornados não consumidos, principalmente na área de eletroeletrônicos, exigindo atenção das empresas. Sem dúvida, a PNRS foi um acelerador de preocupações e discussões empresariais na área de pós-consumo.

ReGIS. O senhor participou das discussões acerca da Lei 12.305/2010 que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS no Brasil? Alguém o consultou acerca do tema?

Infelizmente as discussões foram concentradas entre o governo e as associações dos setores envolvidos, não tenho conhecimento de participação de especialistas. Acredito que esse fato, ou seja, a baixa contribuição solicitada aos especialistas da área, deva ter atrasado os programas.



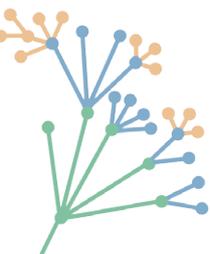
ReGIS. Em sua opinião, quais são os principais desafios em termos da obrigatoriedade da implementação da Logística Reversa, estabelecida pela PNRS?

Recentemente escrevi um artigo e participei de um evento na Câmara Federal promovido pelo deputado Arnaldo Jardim em que expus minhas considerações sobre esses desafios. Embora a natureza destes seja bastante variada, resumidamente:

- Conflito de interesse dos envolvidos: duas categorias de conflito podem ser lembradas: entre empresas produtoras originais e empresas de reaproveitamento de resíduos e entre os elos das cadeias diretas;
- Divulgação da PNRS: a observação permite identificar a falta absoluta de notícias e informações na mídia em geral acerca da PNRS, valendo para o público interessado e para o público em geral que terá que entender os acordos comerciais eventuais;
- Desafios dos transportes: como característica, os produtos de pós-consumo apresentam valor agregado e relação peso/volume baixos, exigindo modais de baixo custo;
- Reaproveitamento dos produtos e materiais retornados: o parque industrial das cadeias reversas de reaproveitamento de produtos usados no Brasil caracteriza-se pela sua dispersão geográfica e por ser constituído por micro ou pequenas empresas, com intensivo uso de mão de obra e baixa tecnologia, redundando em produtividade também baixa;
- Custos: os custos operacionais de coleta, transporte, manuseio, etc. são por natureza altos, quando comparados com a logística direta;
- Mercado para os produtos reaproveitados: é o mais importante desafio, pois é este que movimentará as cadeias de suprimentos. A necessidade de geração de normas de garantias de qualidade adaptadas aos produtos reaproveitados de forma a vencer "preconceitos" empresariais e do cidadão para com esses produtos.

ReGIS. No caso dos resíduos de pós-venda, o senhor considera que houve mudanças no posicionamento das empresas no que tange ao gerenciamento da Logística Reversa? Conforme citou em seu livro, infelizmente a Logística Reversa não era vista como prioridade pelas empresas, o senhor percebe alterações nessa situação?

Como dito anteriormente, observo evolução positiva nas preocupações com a Logística Reversa de pós-venda, em particular com produtos eletroeletrônicos e no comércio eletrônico (e-commerce), no entanto, em ritmo menor do que gostaria! Dois fatores contribuem principalmente para isso: falta de percepção da oportunidade de redução de custos pela aplicação de Logística Reversa eficiente e falta de capacitação profissional.



ReGIS. Qual é, na sua opinião, entre os segmentos citados pela PNRS no artigo 33 (I – agrotóxicos, seus resíduos e embalagens; II – pilhas e baterias; III – pneus; IV – óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens; V – lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; VI – produtos eletroeletrônicos e seus componentes; embalagens em geral), o mais complexo em termos de implementação da Logística Reversa? Poderia explicar por quê?

Cada segmento tem suas peculiaridades e dificuldades, mas, sem dúvida, os setores de lâmpadas, pela delicadeza do produto e consequente dificuldade de manipulação e transporte, e de eletroeletrônicos pela diversidade de produtos que obriga a soluções bastante diferentes em cada caso.

ReGIS. Qual é a sua opinião sobre os acordos setoriais, para a implementação da Logística Reversa, estabelecidos na PNRS?

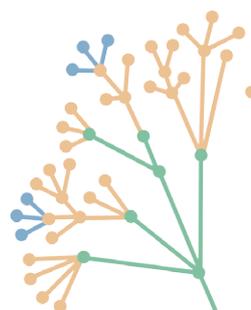
A regulamentação é de dezembro de 2010. Os avanços estão por conta dos setores que já tinham leis expressas desde o ano de 2000, embalagens de agrotóxicos, pneumáticos e óleos lubrificantes. Observa-se um avanço muito lento nos demais projetos e maior ainda na implantação, as taxas de reaproveitamento me parecem muito pouco ambiciosas.

ReGIS. Os segmentos da construção civil e dos cosméticos, apesar de não terem sido citados na PNRS, estão se movimentando para a elaboração de acordos setoriais. Na sua opinião, quais as razões para essas iniciativas?

Quando da edição da legislação, previ em algumas publicações que, gradativamente, a lei envolveria todos os setores, contaminantes ou não, pois é uma necessidade cada vez maior devido às quantidades de resíduos acumulados de todos os produtos. Antecipar-se às legislações me parece atitude inteligente das empresas.

ReGIS. Como o senhor analisa o papel da educação ambiental e conscientização dos consumidores e cidadãos no processo de implementação da Logística Reversa?

O cidadão, quando na escola primária, tem muita noção ambiental e social, muitas vezes até um pouco romântica demais. À medida que cresce e se defronta com a absoluta falta de cuidados da sociedade, acaba por se habituar com as novas condições. Infelizmente o brasileiro não acredita que ao pagar por determinado serviço ele terá o retorno esperado e, portanto, se nega a pagar por eles mesmo que são necessários para a comunidade.



ReGIS. O senhor acredita que, no estágio em que estamos no Brasil, as empresas continuam tendo uma postura reativa no que tange à implementação da Logística Reversa? Quanto tempo e o que precisa ser feito para que se evolua para uma postura proativa?

É uma questão difícil e acredito que as raízes desse problema envolvem o des-crédito do cidadão quanto a uma série de aspectos da vida do País, e não falo com visão muito atual, mas como cultura de longa data. As empresas não são pressionadas para uma ação mais proativa, pois o consumidor não observa ainda a responsabilidade empresarial nesse sentido ao efetuar suas compras. Ainda, a pirataria, o contrabando, entre outras disfunções são muito comuns e aceitas como inevitáveis!!

ReGIS. O senhor acredita que a PNRS impulsionou novos nichos de mercado na atuação da Logística Reversa? Poderia citar quais são?

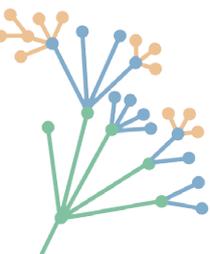
Sim, existem muitas novas oportunidades no mercado sendo aproveitadas por inteligentes empreendedores. Nas áreas de reaproveitamento de produtos e materiais, vejo um crescimento, principalmente em eletroeletrônicos, na área de operadores logísticos especializados em e-commerce, entre outros.

ReGIS. O senhor percebe uma busca pela especialização dos operadores logísticos, a fim de atuar na área de Logística Reversa?

Menor do que se poderia esperar, embora todos apresentem a Logística Reversa em seu portfólio de serviços oferecidos. No entanto, a maior parte realiza operações que o cliente solicita tão somente, sendo poucos aqueles que desenvolvem serviços adicionais ou mesmo tratamento completo aos resíduos ou aos produtos de pós-venda. Acredito que pelos mesmos motivos já observados, que falta conhecimento adequado das oportunidades de negócios nessa área.

ReGIS. Qual tem sido o papel do CONSELHO DE LOGÍSTICA REVERSA DO BRASIL – CLRBR nas discussões sobre a implementação da Logística Reversa demandada pela PNRS?

O CLRBR divulga em seus eventos programas de Logística Reversa de empresas atuando no Brasil, convida empresas e palestrantes estrangeiros para trazer novas ideias. Promove cursos de capacitação em diversos campos da Logística Reversa, in company e on-line mais recentemente. Oferece diagnóstico gratuito e consultoria em Logística Reversa. Coloca-se à disposição das autoridades para contribuição, mas, aparentemente, não existe interesse destas na participação de especialistas.



ReGIS. O senhor percebeu um incremento na busca por cursos de capacitação na área de Logística Reversa por parte de empresas e pessoas físicas desde 2010, momento em que ocorreu a sanção da PNRS? E em relação à busca por consultorias na área houve também um incremento considerável? Poderia ressaltar sua opinião nesse contexto?

Existe um discreto aumento de interesse, mas não podemos esquecer que o Brasil vive momentos difíceis.

ReGIS. Desde 2003, quando publicou o seu livro (primeiro do Brasil e da América Latina sobre o tema Logística Reversa) e até o momento, tivemos diversos novos autores pesquisando sobre o tema e publicando novos livros. Qual a sua percepção sobre o seu papel como pioneiro no estudo da Logística Reversa no Brasil?

Tenho realizado uma quantidade muito grande de cursos, palestras e eventos no sentido de divulgar conceitos e oportunidades oferecidas pela Logística Reversa. Minhas pesquisas continuam em bom ritmo, meus alunos também publicam, e minhas publicações têm servido como base de estudo e citação para muitos artigos nacionais e internacionais, o que conforta o esforço que tenho dedicado a essa área. A 3ª edição do meu livro, totalmente revisada, onde incluí minhas pesquisas mais recentes, com novos capítulos e novos casos, está no prelo da Editora Somos (antiga Saraiva), previsto para o 2º semestre.

ReGIS. Poderia comentar quais são suas expectativas para o Brasil em relação aos avanços na área de Logística Reversa impulsionados pela sanção da PNRS?

Temos chance de ter uma economia reversa de grande proporção nos diversos setores empresariais, gerando oportunidades de negócios interessantes. Seria oportuno que as empresas, também no Brasil, percebessem a oportunidade de incluir a Logística Reversa em suas estratégias e participar dos mercados reversos de forma ativa.

ReGIS. Em sua opinião, qual a relevância da publicação de um dossiê especial sobre Logística Reversa na Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade – ReGIS, iniciativa do Centro de Pesquisas em Gestão, Inovação e Sustentabilidade – CPGIS da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília – UnB?

Parece-me uma excelente ideia, pois, vindo de uma instituição com a reputação da UnB, certamente terá penetração e auxiliará muito a divulgação da Logística Reversa e de seus adeptos acadêmicos. Contem comigo!